

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41-A, DE 2003, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". **(REFORMA TRIBUTÁRIA)**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41, DE 2003

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA Nº

(Do Deputado MUSSA DEMES e Outros)

1) O art. 148 da Constituição passa a vigorar com as seguintes alterações:

*“Art. 148.
.....*

II – para financiar investimentos públicos de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

§ 1º A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

§ 2º Não poderá ser instituído empréstimo compulsório se a União estiver inadimplente em relação a outro.”

2) Inclua-se na Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, o seguinte artigo:

“Art. 8º O disposto no art. 148, § 2º, da Constituição Federal, não será aplicado em relação a empréstimo compulsório instituído antes da entrada em vigor desta Emenda.”

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda retira o princípio da anterioridade exigido para a instituição de empréstimo compulsório – como estabelece o art. 148, II, da Constituição – no pressuposto de que com ele não se coaduna a urgência requerida para o financiamento de investimentos públicos de caráter urgente.

Para evitar abusos ocorridos no passado, a Emenda introduz vedação à instituição de empréstimo compulsório se ocorrer inadimplência da União em relação a outro. Fica, no entanto ressalvado – através da inclusão de artigo específico – que essa norma não atinge empréstimos compulsórios instituídos antes da vigência da Emenda Constitucional que resultar da PEC nº 41, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado MUSSA DEMES